

## **OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2021 PROPOSTAS E SUGESTÕES**

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira,

No âmbito da elaboração das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2021, a Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira volta a propor um conjunto de medidas e programas que deveriam constar de um qualquer projeto de orçamento municipal que quisesse ser mais justo socialmente ambicioso do ponto de vista de investimento no território.

Como se sabe, o Bloco de Esquerda tem vindo a fazer várias propostas neste sentido, em diferente momentos, como na preparação de orçamentos municipais, nas reuniões de Assembleia Municipal ou em situações específicos que exigem respostas concretas e orientadas, como é o caso do programa de urgência para responder à Covid19 e às suas várias consequências (saúde, económicas e sociais).

Estas propostas não têm sido integradas pelo Executivo Municipal nos orçamentos produzidos, pelo que esses mesmos orçamentos ficam longe da necessária justiça social e investimento no território de que falávamos atrás. Mas deveriam ser integradas, principalmente numa altura em que a epidemia e as suas consequências exigem medidas sociais fortes e decididas para que ninguém fique para trás.

Voltamos, por isso, a apresentar muitas das propostas que temos apresentado, assim como a demonstração de que todas elas são possíveis e exequíveis dentro do orçamento municipal.

**OS RECURSOS EXISTEM.**

**É PRECISO É QUERER APLICÁ-LOS A FAVOR DOS FEIRENSES.**

No ano de 2019 o município de Santa Maria da Feira teve um excedente de quase 40 milhões de euros que deveria ter sido mobilizado, durante o ano de 2020, concretamente através das revisões orçamentais promovidas pelo Executivo, para o aumento dos programas sociais, para o reforço dos serviços públicos e para o

investimento no território. Mas essa não foi a opção do Executivo. 40 milhões de euros de excedente é sinal de boa governação? Não. Isso quer dizer que a Câmara tinha 40 milhões de euros disponíveis para dar resposta a vários problemas, mas optou por ignorar esses problemas e não aplicar os seus recursos.

Esse excedente deve ser mobilizado, no ano de 2021, para concretizar as políticas que efetivamente fazem falta aos feirenses.

A esses **40 milhões de euros** poderiam acrescer outros recursos decorrentes de poupanças em despesas supérfluas ou abandono de opções políticas lesivas para o erário público.

Já em 2018 o Bloco demonstrava que se a Câmara Municipal reduzisse o recurso a serviços adquiridos externamente, a consultorias e assessorias, implementasse a utilização de software livre e reduzisse o arrendamento de serviços e espaços poderia conseguir poupanças na ordem dos **3 milhões de euros**, verba que seria libertada para políticas que realmente interessam à vida das pessoas. Esta realidade mantém-se, com os valores gastos em, por exemplo, serviços adquiridos externamente, a consultorias e assessorias, a ascender os **184 mil euros**.

Se a isto se acrescentar o abandono de negócios lesivos para os interesses do município e para os interesses das pessoas, como o caso da P. Parques, essas poupanças serão muito maiores.

Existem, por isso, recursos para implementar medidas sociais e económicos de apoio às famílias e ao investimento. Falta apenas a vontade política de mobilizar estes recursos para onde devem ser mobilizados.

## **ONDE INVESTIR EM 2021**

### **1. Plano de Emergência para responder às consequências da Crise Pandémica**

Este programa deve ser implementado de imediato e deve ter medidas para responder às áreas do acesso a bens essenciais, da garantia de habitação e da proteção dos trabalhadores que perderam ou viram reduzidos os seus rendimentos. Deve ainda responder ao reforço dos cuidados de saúde e à resposta social aos feirenses, em

particular os que se encontram em situação mais frágil. Para isso, propomos:

- Proibição de corte de fornecimento de água a agregados que perderam rendimentos e que se encontrem em situação económica difícil;
- Proibição de aplicação de juros de mora, multas ou penalizações sobre estas prestações;
- Aplicação imediata do tarifário social da água que no concelho pode abranger cerca de 9000 famílias;
- Garantia do direito à habitação, suspendendo rendas e proibindo despejos a quem tenha perdido rendimentos durante a pandemia e que se encontre em situação económica difícil;
- Aumentar a oferta de habitação pública no concelho;
- Criar um programa de emergência social para o pagamento de despesas inadiáveis e essenciais a agregados familiares que tenham sido duramente atingidos pela crise;
- Colocar recursos à disposição do Serviço Nacional de Saúde, em particular dos cuidados de saúde primários, nomeadamente para reforçar os cuidados domiciliários e a vigilância e acompanhamento constante, a realizar pelos serviços de saúde, das condições existentes nas respostas do setor social no concelho;
- Distribuição de EPI's à população de forma a garantir o cumprimento das normas da DGS.

## **2. Reforçar a resposta social, mesmo para além da Covid**

Continuamos, de ano para ano, a assistir a um total desfasamento da realidade por parte da autarquia. Alguns dos maiores investimentos feitos pelo município continuam a ser mal pensados e desnecessários. Numa altura em que, com a pandemia, velhos problemas se agravam e outros tantos aparecem, pensamos ser necessário e essencial que a autarquia altere a sua forma de gerir o erário público.

A nova realidade **não deve incluir erros passados**, erros esses, que têm vindo a pesar mais, de ano para ano, na fatura dos feirenses. É com perplexidade que continuamos a verificar que, durante o ano de 2019, foram gastos mais de **9 milhões de euros** em “outros serviços”, que tem vindo a servir como uma espécie

de cortina de fumo, pois nunca ninguém entende o que são afinal esses “outros serviços”.

Também os gastos supérfluos, e que aumentam de ano para ano, de centenas de milhares de euros em software informático e em publicidade parecem ser já uma imagem de marca do executivo.

Em 2021 a Câmara Municipal deve poupar nestas rúbricas, internalizando serviços, reduzindo os alugueres de edifícios que não são necessários, utilizando software livre e reduzindo o recurso a consultorias e assessorias externas. Uma poupança de 20% nestes gastos (meta perfeitamente atingível) significaria a libertação **de 2,3 milhões para outras medidas.**

Perante isto, a necessidade de mudar é urgente. Para isso, o Bloco de Esquerda apresenta medidas em áreas fundamentais.

## **AÇÃO SOCIAL**

Continuamos a assistir a baixas execuções orçamentais nesta tão importante área por parte do executivo PSD. Santa Maria da Feira é um concelho que, na sua composição, é marcado pelos baixos salários praticados nas principais indústrias e principalmente devido aos baixos níveis de qualificação profissional. A par desta realidade, são visíveis fenómenos de exclusão social, relacionados com os novos grupos de risco, que crescem especialmente no meio urbano, tais como as famílias monoparentais, as crianças e jovens sem enquadramento familiar, os toxicodependentes, entre outros.

Ao nível da ação social, embora existam inúmeros programas, por parte da Câmara Municipal, enquadrados na Ação Social, verificamos que o orçamento destinado para esta área continua a ser bastante residual: cerca de 1%. Assim, propomos o aumento do orçamento destinado à Ação Social de **1% para 5%.**

### **Com este aumento será possível:**

- Investimento num Plano Social de Habitação, que requalifique os bairros existentes e crie habitações, a custos controlados, a partir de casas devolutas existentes no concelho, desenvolvendo um modelo de habitação social mais

inclusivo, diversificado e heterogéneo.

- Implementação de uma Tarifa Social da Água, **várias vezes apresentada pelo Bloco de Esquerda**, permitindo a isenção de pagamento de água a casais em que ambos cônjuges se encontrem desempregados.
- Criação do Programa de Emergência Social, garantindo que nenhuma família e nenhum feirense se deparem com uma situação de falta de habitação, eletricidade, água ou alimentação por insuficiência económica. Para tal é necessário a criação de um fundo ao qual as famílias nestas situações possam recorrer à Câmara Municipal, a fim se garantir as suas necessidades básicas, durante o período em que não possuam recursos para as satisfazer.
- Criação do Programa Oficina Domiciliária, que consiste num programa de pequenos consertos em habitações dos munícipes com carência económica, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida e um maior conforto. Assim, a Câmara Municipal deve disponibilizar os seus próprios meios e serviços de modo a executar pequenas reparações domésticas nas habitações dos munícipes que delas necessitem, reparação estas que, geralmente, exigem um esforço de meios e de custos bastante reduzido.
- Criação de um Programa de Participação na Aquisição de Medicamentos, considerando que existem cada vez mais pessoas, em especial os idosos, que se vêm confrontados com a situação de incapacidade de fazer face aos custos da medicação que necessitam.

## **SERVIÇOS PÚBLICOS**

Uma democracia só é verdadeiramente vivenciada quando os setores estratégicos estão sobre a alçada do domínio público. Continuamos a assistir a um concelho sem uma rede de transportes públicos e com constantes abusos por parte das entidades gestoras daqueles que são bens públicos. Estas opções ideológicas lesam fortemente as populações e necessitam ser alteradas.

Quando são os privados a assumir o papel do estado ou das autarquias, quer através da privatização, quer através das Parcerias Público-Privadas, a qualidade dos serviços deteriora-se, enquanto os preços aumentam, afetando de forma substancial a qualidade de vida dos cidadãos.

Em Santa Maria da Feira, esta realidade é evidente: a Água e o Saneamento estão entregues à gestão da Indáqua, empresa privada, assim como a Recolha de Resíduos Urbanos e o Estacionamento que se encontram concessionados a empresas privadas.

Como tal, ao nível dos Serviços Públicos, propomos:

- Remunicipalização dos serviços da água e saneamento;
- Contratação de Assistentes Operacionais;
- Aumentar orçamento do material de desinfeção;
- Fim da concessão do estacionamento e recolha de resíduos a privados;
- Criação de um Centro Coordenador de Transportes;
- Criação de uma rede transportes que, no mínimo, ligue os diversos núcleos habitacionais do concelho aos diversos serviços públicos.

### **AMBIENTE, ACESSIBILIDADES E QUALIDADE DE VIDA**

A questão ambiental é fundamental para a qualidade de vida de todos os cidadãos, assim como a questão das acessibilidades. Existem várias carências por todo o concelho no que diz respeito ao ambiente e também à acessibilidade.

Por exemplo, as inúmeras barreiras arquitetónicas, a falta de manutenção sistemática dos parques infantis, jardins e praças ou ainda os equipamentos destinados à prática de desportos não competitivos, a requalificação das margens do rio Cáster, a disparidade na recolha dos resíduos sólidos urbanos, são apenas alguns exemplos que podem ser numerados.

No âmbito da saúde pública, verifica-se que não existe no concelho um crematório, que responda às necessidades da população.

Como tal, propomos:

- Eliminação de todas as barreiras arquitetónicas, quer ao nível do espaço público, quer ao nível dos diversos equipamentos e serviços;
- Fazer um levantamento das freguesias que necessitam de uma maior frequência da recolha de resíduos sólidos urbanos e diferenciados;

- Requalificação das margens do rio Cáster;
- Construção de novos parques infantis;
- Reabilitação e manutenção regular de parques infantis, jardins e praças, assim como dos equipamentos para a prática de desporto não competitivo;
- Construção de um parque de desportos radicais;
- Adesão ao programa MOBI-E e instalação de pontos de abastecimento para veículos elétricos;
- Criação de um protocolo com uma entidade independente para fiscalizar as linhas de água e publicação dos resultados nas redes sociais;
- Construção de um crematório no concelho.

## **SAÚDE**

Ao nível da saúde propomos um Plano Municipal de Saúde, que funcione em articulação com o Plano Nacional de Saúde e com o Plano Local de Saúde da ACES Feira/Arouca, Centro Hospitalar e Segurança Social, entidades que farão parte deste plano, de modo a definir áreas de atuação do município, nomeadamente no que diz respeito aos seus programas e atividades de promoção e educação para a saúde, assim como aos locais e equipamentos promotores da saúde física.

Como tal, propomos:

- Criação de um Plano Municipal de Saúde, com medidas para a promoção da saúde e prevenção da doença;
- Apoiar a criação de consultas de psicologia, oftalmologia e dentária nos centros de saúde;
- Ajudar nos cuidados ao domicílio feitos pelos centros de saúde, disponibilizando transportes para o efeito;
- Reabertura do gabinete de saúde juvenil que abranja todo o concelho;
- Promover a saúde no concelho em articulação com as unidades de saúde;
- Reforço do apoio psicológico à população;

## **EDUCAÇÃO**

Verificada a constante evolução da realidade concelhia e nacional em termos de Educação, a Carta Educativa, conforme previsto na legislação, nomeadamente no

Decreto-Lei nº72/2015, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis nº41/2003, de 22 de agosto, e 6/2012, de 10 de fevereiro, deverá ser alvo de uma contínua atualização. Nomeadamente, no que diz respeito às questões de género, devendo estas sendo integradas no programa curricular desde cedo e procedendo-se a uma educação das crianças de modo a promover a igualdade de género.

Consideramos também importante aumentar o número de bolsas de estudo, quer no Ensino Secundário, quer no Ensino Superior, atribuídas pela Câmara Municipal, de modo a responder de forma mais eficaz às necessidades dos estudantes com carência económica comprovada.

Consideramos também que a igualdade de género é um dos assuntos mais importantes atualmente.

Deste modo, propomos:

- Integração curricular da igualdade de género;
- Aumento do número de bolsas de estudo atribuídas pela Câmara Municipal;
- Reforço do transporte escolar de forma a responder de forma eficaz à pandemia;
- Reforço de meios capazes de garantir a infraestrutura de rede em caso de aulas à distância;
- Reforço dos meios tecnológicos nas escolas;
- Aumento do número de Assistentes Operacionais/aumento de horas de forma a responder eficazmente às medidas de prevenção aplicadas nas escolas

## **CULTURA**

O setor cultural foi dos primeiros a ser afetado pela pandemia de Covid-19. Os espetáculos foram cancelados, os museus fechados e os cinemas encerrados. Num setor onde a precariedade laboral é a regra e rotina, e as estruturas de produção são tipicamente de micro e pequena dimensão, a desproteção dos trabalhadores é total. A inexistência de um regime de trabalho e proteção social específicos para o setor revela-se particularmente penalizadora neste momento de crise.



Infelizmente, o concelho de Santa Maria da Feira não é exceção. Por todo o concelho existem artistas, companhias e associações que viram as suas fontes de rendimento abruptamente eliminadas pela pandemia. Salvaguardar esses agentes culturais deve ser um desígnio da autarquia.

Por isso, propomos:

- Garantir o reagendamento da programação, adaptando o rácio existente bilheteira/cachet de forma a salvaguardar os interesses dos artistas perante a impossibilidade de afluência de público;
- Aumentar participação para 100% das produções culturais incluídas no Programa de Apoio a Projetos Culturais (PAPC), em casos de incapacidade do artista ou associação em garantir o financiamento a 50% atualmente existente.
- Proceder a um levantamento dos espaços utilizados pelos artistas e pelas companhias em Santa Maria da Feira de modo a que, no caso daqueles que não garantam as condições de segurança durante a pandemia, o executivo possa disponibilizar imóveis da autarquia de maior dimensão para que possam continuar a criar conteúdo.
- Promoção de projetos educativos comunitários permanentes como forma de criação de público assíduo;
- Cedência de espaços municipais sem utilização para a programação independente de artistas, coletivos ou direções programáticas;
- Criação de uma companhia, coletivo ou de uma direção artística independente, somente focada para a programação de um evento ou espaço;
- Plano de resposta para atenuar as consequências do cancelamento do Festival Imaginarius e Viagem Medieval;

## **PATRIMÓNIO**

Relativamente ao Património, o executivo reconhece a necessidade de promover a salvaguarda, proteção e valorização dos elementos arqueológicos presentes ao longo do território do concelho, identificando, nomeadamente o Castro de Romariz,

o Castro de Fiães e o Castelo da Feira. No entanto, verificamos que existem vários elementos com interesse histórico e patrimonial que se encontram ao abandono e não têm sido alvo de intervenções de preservação valorização.

Deste modo, propomos as seguintes medidas:

- Realização de um levantamento arqueológico exaustivo, de forma a atualizar a carta arqueológica em vigor;
- Criação de roteiros dos patrimónios industrial, histórico e arqueológico do concelho;
- Criação de um centro de interpretação junto ao Castro de Romariz, garantindo que este espaço está acessível à população e retornando ao concelho o espólio daí retirado;
- Reabilitar o património histórico de elevado interesse e que se encontra degradado como, por exemplo, o Castro de Fiães, o edifício da Malaposta, a Estrada Real, a Quinta do Engenho Novo, o Mercado Municipal e a Via Antiga de Mosteirô;
- Incentivos, no âmbito da reabilitação urbana, na recuperação de edifícios antigos e que apresentem características singulares, com relevância patrimonial, dentro e fora dos centros antigos das freguesias.

### **BEM-ESTAR ANIMAL**

Com a Lei nº8/2017, os animais passaram a possuir estatuto jurídico, sendo assim reconhecida a sua sensibilidade e o direito à proteção. No mesmo sentido, a Lei nº 27/2016 prevê medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária, e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização.

As propostas aqui apresentadas têm como principal objectivo pôr fim à política de erradicação de cães e gatos baseada no abate anual de centenas de animais, condenando-a do ponto de vista ético, uma vez que desvaloriza e banaliza esta prática e procura, essencialmente, apresentar soluções para a efetiva resolução dos problemas de reprodução e de abandono existentes.

Deste modo, propomos as seguintes medidas:

- Criação do Regulamento Municipal para o Bem-Estar Animal, anteriormente já apresentado na Assembleia Municipal;
- Implementação de um Programa Municipal de Esterilização de cães e gatos.

#### **NOTA FINAL**

A Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira considera que as propostas para a melhoria da qualidade de vida da população feirense não se esgotam nas medidas enunciadas no presente documento. No entanto, consideramos que estas propostas, tendo vindo muitas delas, inclusive, a ser apresentadas e defendidas junto da Assembleia Municipal pelo Bloco de Esquerda, são urgentes e prioritárias, sendo que a sua integração nas Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2021 é fundamental para a definição de políticas que respondam efetivamente às necessidades e aspirações da população do concelho de Santa Maria da Feira.

Santa Maria da Feira, 11 de setembro de 2020

A Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda